

# Informe FUP

06.10.2010

---

## **Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida: trabalhadores próprios e terceirizados exigem um basta aos acidentes na Petrobrás**

Petroleiros próprios e terceirizados protestaram nesta quarta-feira, 06, contra a política de insegurança que tem matado e mutilado trabalhadores no Sistema Petrobrás. Nas refinarias, terminais e demais áreas operacionais da empresa, a categoria atendeu ao chamado da FUP e realizaram manifestações, atos e concentrações, com atrasos no expediente. Foi o Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida, que reuniu trabalhadores próprios e terceirizados nas manifestações organizadas pelos sindicatos de petroleiros, com participação de representações sindicais de outras categorias, como metalúrgicos, construção civil e vigilantes.

Os trabalhadores exigiram um basta aos acidentes que têm consumido a vida de dezenas de companheiros nas unidades do Sistema Petrobrás. Só em setembro, foram quatro acidentes fatais: um na Reman, que matou a operadora Renata Lima Benigno, 26 anos; dois no Complexo de Suape, que mataram o marinheiro de convés Genivaldo José da Silva, 34 anos, e o electricista Milton José da Silva, 51 anos; e outro no Comperj, que matou o operário Marcos Vinícius Pereira da Silva, 38 anos. Este ano, já chegaram a sete os acidentes fatais na Petrobrás, dos quais cinco com trabalhadores terceirizados.

Para exigir um basta a este absurdo, os petroleiros compareceram aos atos convocados pela FUP para esta quarta-feira, 06. Na Reman, em Manaus, o Sindipetro realizou uma manifestação, com centenas de trabalhadores em frente à refinaria, que protestaram contra o acidente que matou a operadora Renata e demais mortes e situações inseguras que atingem a categoria. O ato atrasou em três horas o expediente e contou com a participação de diversos sindicatos da região, entre eles, construção civil, metalúrgicos, vigilantes, asseio e conservação, comerciários, entre outros, assim como representantes da CUT e da CTB.

Na Replan (Paulínia/SP), cerca de 6.000 trabalhadores protestaram contra a insegurança, exigindo mudanças urgentes nas políticas de gestão do SMS e da terceirização. O ato, realizado pelo Sindipetro Unificado-SP, atrasou em duas horas o expediente e contou com participação dos sindicatos dos metalúrgicos e da construção civil. Na Recap (Mauá/SP), também houve manifestação, com participação de cerca de 2.300 trabalhadores próprios e terceirizados que compareceram em massa ao ato realizado na frente da unidade.

Em Pernambuco, os petroleiros atrasaram o expediente e se manifestaram contra a insegurança no Sistema Petrobrás. Houve manifestações nos terminais de Jaboatão e Suape, onde o sindicato realizou um ato de três horas e cortou a rendição do turno. A mobilização contou com a adesão de 100% dos trabalhadores.

Na Bahia, cerca de 1.500 trabalhadores diretos e terceirizados protestaram contra a política de SMS da Petrobrás durante um ato no Conjunto Pituba (sede administrativa da Petrobrás, em Salvador). Novas manifestações serão realizadas nesta quinta-feira (07) em outras unidades do Sistema Petrobrás na Bahia.

As manifestações cobrando condições seguras de trabalho para todos os petroleiros foram realizadas também na Regap (Minas Gerais), na Repar (Paraná) e nos terminais de Paranaguá (PR) e Itajaí (Santa Catarina).

A política de insegurança dos gestores da Petrobrás já matou 287 trabalhadores nos últimos 15 anos, sendo que 231 deles eram terceirizados. O acordo conquistado na campanha salarial garantiu a realização de fóruns de debate entre os gestores da Petrobrás e as representações sindicais para tratar das práticas da empresa em relação ao SMS e à responsabilidade social. A FUP solicitou uma reunião urgente com o SMS da empresa para discutir a construção do fórum, cobrar explicações em relação aos acidentes recentes, assim como ações contundentes para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores.

## **Conquista histórica: ex-participantes podem retornar ao Plano Petros, com direito a retroativos**

Uma das principais conquistas da FUP no Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011 foi o reingresso ao Plano Petros dos ex-participantes que lutam há mais de 20 anos pelo cumprimento das cláusulas 33 e 45 dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente. Nesta terça-feira, 05, o Conselho Deliberativo da Petros autorizou a Fundação a operacionalizar o retorno destes ex-participantes em até 90 dias. Além de garantirem o recebimento dos benefícios mensais do Plano Petros, eles terão direito ao pagamento dos retroativos acumulados desde 1985, com um desconto único de 25% da contribuição que deveria ter sido recolhida para a Petros.

O retorno dos ex-participantes do Plano Petros que têm direito às cláusulas 33 e 45 (dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente) foi garantido pela FUP e seus sindicatos no Acordo de Obrigações Recíprocas e referendado no Acordo Coletivo de 2009, quando a Petrobrás assumiu o compromisso de implementar esta conquista. De acordo com um levantamento preliminar de 2003, a Petros estima que 374 ex-participantes do Plano Petros podem ser contemplados. Ainda que alguns destes ex-participantes tenham, por ventura, falecido, as pensionistas terão o direito garantido. Para reivindicar o reingresso ao Plano Petros, com base nas cláusulas 33 e 45 (dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente), os petroleiros ou suas pensionistas devem procurar os postos da Petros com as documentações que comprovem sua elegibilidade.

## **FUP realiza seminário sobre BPO na sexta (08)**

A FUP realizará na próxima sexta-feira, 08, no Rio de Janeiro, um seminário nacional para esclarecer as lideranças sindicais sobre o Benefício Proporcional Opcional (BPO), que foi introduzido no Regulamento do Plano Petros, e as orientações que devem ser dadas aos participantes que repactuaram. Eles têm até o final de novembro para avaliar e decidir se irão ou não aderir ao novo benefício, que atenderá somente os participantes da ativa que repactuaram.

Quem fizer a opção pelo BPO garantirá o benefício do Plano Petros proporcional ao tempo de vinculação na previdência social, cessando sua contribuição para o plano. O valor do benefício proporcional será calculado na data da opção pelo BPO e corrigido mensalmente pelo IPCA até o momento da aposentadoria pelo INSS e da rescisão do contrato de trabalho com a patrocinadora. A partir de então, o BPO será pago mensalmente pela Petros, independentemente do benefício da previdência social.

O BPO não implica em transferência ou retirada de recursos do Plano Petros. O participante que optar pelo benefício pode aderir ao Plano Petros-2, que conta com todas as garantias previdenciárias do Plano Petros e não tem teto. Quando se aposentar, o trabalhador que aderiu ao BPO e ingressou no PP-2 contará com duas fontes de benefício, além do INSS.

***Direção Colegiada da FUP***